TROPICAL FARMS S.A.

CNPJ 45.946.418/0001-24

Senhores acionistas,
Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Tropical Farms S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. A Administração
Corumbiara-RO, 28 de fevereiro de 2024.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022 Não auditado
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.580	4
Total do ativo circulante		**24.580**	**4**
Imobilizado	10	2.117.645	2.282.639
Total do ativo não circulante		**2.117.645**	**2.282.639**
Total do ativo		**2.142.225**	**2.282.643**
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022 Não auditado**
Passivos fiscais correntes	11	196	-
Dividendos a pagar	15	197	-
Total do passivo circulante		**393**	-
Passivos fiscais diferidos	9	287	-
Total do passivo não circulante		**287**	-
Total do passivo		**680**	-
Patrimônio líquido	15		
Capital social		2.314.207	2.314.207
Reserva legal		1.038	-
Ajuste acumulado de conversão		(193.805)	(28.378)
Reserva de lucros a destinar		20.105	-
Prejuízos acumulados		-	(3.186)
Total do patrimônio líquido		**2.141.545**	**2.282.643**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.142.225**	**2.282.643**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022 Não auditado
Receita operacional líquida	16	26.359	-
Lucro bruto		**26.359**	-
Despesas administrativas	17	(1.920)	(69)
Outras despesas operacionais líquidas	18	(1)	(3.116)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**24.438**	**(3.185)**
Receitas financeiras	19	709	-
Despesas financeiras	19	(2)	-
Variação cambial líquida	19	708	(1)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	**1.415**	**(1)**
Resultado antes dos impostos		**25.853**	**(3.186)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(296)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(1.031)	-
Resultado do exercício		**24.526**	**(3.186)**
Lucro líquido básico e diluído por ação		**0,009922**	**(0,001289)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022 Não auditado
Resultado do exercício	24.526	(3.186)
Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Ajuste acumulado de conversão	(165.427)	(28.378)
Resultado abrangente total	**(140.901)**	**(31.564)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022 Não auditado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		**24.526**	**(3.186)**
Ajuste por:			
Depreciação	10	337	59
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	10	-	3.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	296	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	1.031	-
Outras variações cambiais		(1.655)	3
		24.535	**(8)**
(Aumento) redução nos ativos			
Ativos fiscais correntes		(23)	-
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**24.512**	**(8)**
Impostos pagos sobre o lucro	9	(806)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**23.706**	**(8)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		-	12
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		-	**12**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**23.706**	**4**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	8	4	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		23.706	4
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		870	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**24.580**	**4**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Ajuste acumulado de conversão	Reserva de lucros a destinar	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(28.378)	-	-	-	**(28.378)**
Integralização de capital (nota 15.a)	**2.314.207**	-	-	-	-	-	**2.314.207**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(3.186)	**(3.186)**
Destinação do prejuízo:							
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(3.186)	3.186	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**2.314.207**	-	**(28.378)**	-	**(3.186)**	-	**2.282.643**
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(165.427)	-	-	-	**(165.427)**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	24.526	**24.526**
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	-	1.038	-	-	-	(1.038)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.f)	-	-	-	-	-	(197)	**(197)**
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-	3.186	(3.186)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	20.105	-	(20.105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.314.207**	**1.038**	**(193.805)**	**20.105**	-	-	**2.141.545**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional
A Tropical Farms S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada e está domiciliada no município de Corumbiara, estado de Rondônia, localizada na Fazenda Tropical, s/n, Zona Rural. A Companhia foi constituída na data de 07 de abril de 2022 e suas atividades consistem na produção agrícola e pecuária, como cultivo de milho e soja, e criação de bovinos para corte, através de parcerias agrícolas. A Companhia é parte relacionada do grupo econômico AMAGGI, podendo utilizar dos recursos administrativos, financeiros, e tecnológicos desse grupo. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Conforme o contrato de parceria agrícola firmado entre a Companhia e seus acionistas: a Família Maia e a Agropecuária Maggi Ltda., estabelece que num prazo de quinze anos-safra, a sua controladora terá o direito de exercer atividade de exploração agrícola de lavouras temporárias, como soja, milho, milheto, sorgo, algodão, entre outras culturas, nos imóveis na qual a Companhia possui posse. Sendo assim, a Companhia fará jus a 20% da colheita na safra principal da cultura de soja de cada ano agrícola, e sua controladora fará jus a 80% da colheita na safra principal da cultura de soja de cada ano agrícola, e 100% da colheita na safrinha da cultura de soja, algodão, milho, e demais culturas permitidas no contrato. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de preparação
a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido no balanço patrimonial: ● Estoques avaliados a valor de mercado menos despesas com vendas.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
a. Moeda funcional - A Administração da Companhia após análise de suas operações e negócios, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o Dólar (“US$” ou “Dólar”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores: ● Moeda que mais influencia os preços de bens comercializados pela Companhia; ● Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos; ● Moeda que mais influencia de forma material e outros custos para fornecimento de produtos; e ● Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras. **b. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras -** Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: ● Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício; ● Contas do resultado, do resultado abrangente e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal do período; e ● Patrimônio líquido ao valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “Ajuste acumulado de conversão”.

4. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Mudanças nas políticas contábeis materiais
a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32) - As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **b. Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26) -** A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 6 Políticas contábeis materiais (em 2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

6. Políticas contábeis materiais
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados e contidos nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira** ***(i) Transações em moeda estrangeira* -** Transações em moeda estrangeira (diferentes da moeda funcional), são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros -** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial* -** Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente* - Instrumentos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): ● É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ● Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): ● É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ● Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Empresa pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: ● As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas

relacionadas - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e 14, chamamos à atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com partes relacionadas, principalmente na prestação de serviços e na captação de empréstimos. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Exercício anterior não auditado -** Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; ● Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; ● Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; ● Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e ● A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: ● Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; ● Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; ● O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e ● Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento* - Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c. Capital social** - O capital social da Companhia é formado unicamente por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. **d. Estoque -** Os estoques de produtos agrícolas são mensurados pelo valor justo, deduzido das despesas de vendas, no momento da colheita. A Companhia constituiu provisão para reduzir estes estoques ao valor realizável líquido. Os demais estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo ou o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média móvel ponderada. No caso dos estoques manufaturados e dos produtos em elaboração, os custos incluem uma parcela adequada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. **e. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração* -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: ● O custo de materiais e mão de obra direta; ●Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; ●Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e ●Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis é realizado o registro de tais partes como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação*** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **f. Redução ao valor recuperável *(*Impairment*) (i)Ativos financeiros não derivativos* -** Instrumentos financeiros e ativos contratuais. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ● Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; ● Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e ● Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: ● Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e ● Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking). Mensuração das perdas de crédito esperadas* - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação* - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: ● Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ● Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; ● Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais; ● A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou ● O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial* - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: → Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA). ***(ii) Ativos não financeiros*** - Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Receita operacional - Venda de produtos agrícolas** - A receita operacional da venda de produtos agrícolas no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos ativos foi transferido para o comprador, e é provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos: soja, milho, algodão, sementes e fertilizantes, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para as vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. **h. Arrendamentos -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, ganhos com instrumentos financeiros de proteção, variação cambial ativa e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com instrumentos financeiros de proteção, despesas bancárias e variação cambial passiva. **j. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social são apurados através de “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% das receitas operacionais para fins de imposto de renda e 12% para a contribuição social, acrescido de outras receitas operacionais. O imposto de renda da Companhia é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente a R$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anuais. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro presumido do tributável para contribuição social. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: ● Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26); ● Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40); ● Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); ● Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022 Não auditado
Depósitos bancários	13	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	24.567	1
	24.580	**4**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a três meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são substancialmente Certificados de Depósito Bancário (CDB), remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) apurado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). O percentual de remuneração médio do CDI para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2023 é de 100,00% do CDI. As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa 12.

9. Imposto de renda e contribuição social
a. Ativos e passivos fiscais diferidos - Os ativos e passivos fiscais diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seu respectivo valor contábil. Os ativos e passivos fiscais diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022 Não auditado
Ajuste de moeda funcional	(287)	-
	(287)	-

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos contendo o efeito no resultado e o efeito de conversão do período estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2022 Não auditado	Efeito no resultado	Efeito de conversão	31 de dezembro de 2023
Ajuste da moeda funcional	-	(296)	9	(287)
	-	**(296)**	**9**	**(287)**

b. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 (não auditado) IRPJ	2022 (não auditado) CSLL
Vendas a partes relacionadas (nota 16)	26.367	26.367	-	-
Receita com vendas de mercadorias	**26.367**	**26.367**	-	-
(*) Alíquota de presunção	8%	12%	-	-
(=) Base de cálculo de receita com vendas de mercadorias	**2.109**	**3.164**	-	-
Outras receitas	709	709	-	-
(*) Alíquota de presunção	100%	100%	-	-
(=) Base de cálculo de outras receitas	**709**	**709**	-	-
Somatório das bases de cálculo	2.818	3.873	-	-
(*) Alíquota do imposto	25%	9%	-	-
(=) Imposto inicial	(705)	(349)	-	-
(+) Efeitos de conversão para a moeda de apresentação	23	-	-	-
(=) Despesa com IRPJ e CSLL correntes	**(682)**	**(349)**	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(218)**	**(78)**		
Alíquota efetiva	-25,0904%	-9,3291%	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(1.031)**		-

Informações adicionais à demonstração de fluxos de caixa

Imposto de renda e contribuição social correntes	2023	2022 Não auditado
Saldo inicial – Passivos fiscais correntes	-	-
Provisão do exercício	1.031	-
Impostos pagos sobre o lucro	(806)	-
Compensação com créditos tributários	(23)	-
Variação cambial	(6)	-
Saldo final – Passivos fiscais correntes	**196**	-

10. Imobilizado

Custo	Vida útil média (em anos)	31 de dezembro de 2021 Não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Efeitos de conversão	31 de dezembro de 2022 Não auditado
Terrenos		-	2.244.102	(2.677)	-	23.967	2.265.392
Edifícios e benfeitorias	49,14	-	17.562	(440)	-	183	17.305
		-	**2.261.664**	**(3.117)**	-	**24.150**	**2.282.697**
Depreciações							
Edifícios e benfeitorias		-	(59)	1	-	-	(58)
		-	**(59)**	**1**	-	-	**(58)**
Valor contábil líquido		-					**2.282.639**

Custo	Vida útil média em anos)	31 de dezembro de 2022 Não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Efeitos de conversão	31 de dezembro de 2023
Terrenos		2.265.392	-	-	-	(163.423)	2.101.969
Edifícios e benfeitorias	49,14	17.305	-	-	-	(1.248)	16.057
		2.282.697	-	-	-	**(164.671)**	**2.118.026**
Depreciações							
Edifícios e benfeitorias		(58)	(337)	-	-	14	(381)
		(58)	**(337)**	-	-	**14**	**(381)**
Valor contábil líquido		**2.282.639**					**2.117.645**

A Companhia avalia, ao final de cada data de relatório, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros. O resultado desta avaliação não levantou indícios de necessidade de realização do teste de recuperabilidade, uma vez que a Companhia estava plenamente operacional e gerando resultado operacional positivo.

11. Passivos fiscais correntes

	2023	2022 Não auditado
IRPJ a recolher	137	-
CSLL a recolher	59	-
	196	-

12. Instrumentos financeiros
A Companhia possui exposições para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: ● Risco de crédito; ● Risco de liquidez; e ● Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **a. Estrutura de gerenciamento de risco** - O CEO - *Chief Executive Officer* tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é assistido nesta função pelo Departamento de Gestão de Risco, responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. As análises de tal departamento são ainda utilizadas como ferramenta gerencial para traçar estratégias comerciais e de proteção das operações, a fim de reduzir as exposições. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. **b. Riscos de crédito -** Risco de crédito é o risco que a Companhia ou sua controlada incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. ***(i) Exposição a riscos de crédito* -** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2023	2022 Não auditado
Depósitos bancários (a)	8	13	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	8	24.567	1
		24.580	**4**

(a) Depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata - Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. A Companhia estabelece limites para exposição em suas operações com instituições financeiras ponderando critérios como: valor do patrimônio líquido, Índice de Basiléia e ratings atribuídos pelas principais agências de classificação de risco. **c. Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. **d. Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das *commodities*, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar retornos. A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a volatilidade dos preços da soja, a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. *(i)* ***Risco de variação cambial*** - O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição de variação cambial da Companhia se refere à flutuação do dólar, sua moeda funcional, em relação ao real, a moeda brasileira.
As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

Real	Taxa média 2023	Taxa média 2022 Não auditado	Taxa de fechamento 2023	Taxa de fechamento 2022 Não auditado
Real x 1 USD (Dólar)	4,9959	5,1625	4,8413	5,2177

***(ii) Risco de taxa de juros* -** A Companhia busca manter sua exposição a taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a aplicações financeiras. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Nota	2023	2022 Não auditado
Instrumentos de taxa fixa			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8	24.567	1
		24.567	**1**

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa ao valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxas de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo, portanto, uma alteração nas taxas de juros na data das demonstrações financeiras alteraria o resultado. ***(iii) Risco de preço de commodities*** - A Companhia comercializa soja, produto esse caracterizado como *commodity* agrícola. A Companhia recebe os grãos no mercado interno, por meio da parceria agrícola, e vende no mercado interno, através de contratos de venda firmados com partes relacionadas, para mitigar seu risco de preço. **e. Gerenciamento do capital -** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercados e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **f. Classificações contábeis e valores justos** - *Valor justo contra valor contábil* **-** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro de 2023	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia do valor justo
Instrumentos financeiros não derivativos						
Depósitos bancários	8	13	-	13	13	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8	24.567	-	24.567	24.567	-
Dividendos a pagar		-	(197)	(197)	(197)	-
Líquido		**24.580**	**(197)**	**24.383**	**24.383**	

31 de dezembro de 2022 (não auditado)	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia do valor justo
Instrumentos financeiros não derivativos						
Depósitos bancários	8	3	-	3	3	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8	1		1	1	-
Líquido		**4**	-	**4**	**4**	

13. Provisão para contingências
A Companhia não é parte passiva em qualquer litígio de cunho trabalhista, fiscal ou cível que tenha probabilidade de perda provável ou possível. Desta forma, a Administração entende que não é necessária a constituição para contingências, nem tão pouco qualquer outra divulgação.

14. Partes relacionadas
A Companhia é uma controlada da Agropecuária Maggi Ltda e sua parte controladora final é a André Maggi Participações S.A. As principais transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia e suas partes relacionadas. **a. Impactos no balanço patrimonial**

	2023	2022 Não auditado
Dividendos a pagar		
Agropecuária Maggi Ltda.	49	-
Acionistas	148	-
	197	-

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. → Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. → Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. → Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. → Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e

b. Impactos no resultado

Receitas	Nota	2023	2022 Não auditado
Amaggi Exportação e Importação Ltda. (i)		26.367	-
	16	**26.367**	-
Despesas corporativas			
Agropecuária Maggi Ltda.		(121)	-
	17	**(121)**	-

(i) Amaggi Exportação e Importação Ltda. E Tropical Farms S.A. têm controladores finais em comum. As transações referem-se a *commodities* vendidas nas condições determinadas em contrato. Os montantes referentes à remuneração dos pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados na Controladora final.

15. Patrimônio líquido
a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (não auditado), o capital social subscrito e integralizado está representado pelo valor de R$ 2.314.207, representado por 2.471.848 ações ordinárias sem classe especial, todas nominativas e sem valor nominal. ***(i) Aumento de capital social em 2022*** - Em 23 de março de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 12, dividido em 12 mil ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo acionista Família Maia. Em 17 de outubro de 2022, ocorreu a reorganização societária e alocação de ativos, no qual a Família Maia integralizou, mediante entrega de terrenos e benfeitorias, o valor de R$ 2.314.195 no capital social. Sendo assim, o capital social passou a ser R$ 2.314.207, dividido em 12 mil ações ordinárias sem classe especial, 823.590 ações ordinárias Classe G, 829.105 ações ordinárias Classe P e 819.141 ações ordinárias Classe R, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de novembro de 2022, os acionistas aprovaram a conversão da totalidade das ações ordinárias de classe especial G, P e R em ações ordinárias sem classe especial, em tudo idênticas às ações ordinárias sem classe especial de emissão da Companhia já existentes, na proporção de 1 (uma) ação ordinária Classe G para 1 (uma) ação ordinária sem classe especial, 1 (uma) ação ordinária Classe P para 1 (uma) ação ordinária sem classe especial e 1 (uma) ação ordinária Classe R para 1 (uma) ação ordinária sem classe especial. Portanto, o capital social subscrito e integralizado passou a ser representado por 2.471.848 ações ordinárias sem classe especial, todas nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R$ 2.314.207. Subsequente à reorganização societária e emissão de novas ações, a Agropecuária Maggi Ltda. adquiriu 25% da Companhia, passando assim a compor o capital social, atuar na administração da Companhia e obter o controle da Companhia. **b. Ajuste acumulado de conversão** - Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real). **c. Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal baseia-se na apuração do lucro pelo custo histórico, sem os efeitos da conversão para moeda de apresentação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou a parcela de 5% do lucro líquido apurado para a reserva legal que corresponde o valor de R$ 1.038. Em 2022 a Companhia não constituiu reserva legal, pois não obteve lucro. **d. Reserva de lucros a destinar -** Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. A proposta da Administração é deliberar a destinação na próxima Assembleia Geral. **e. Destinação do lucro líquido** - A Companhia amortizou todo o prejuízo acumulado, apurou a reserva legal e os dividendos estatutários com base no lucro ao custo histórico, com efeitos da moeda brasileira.

	2023
Resultado do exercício	24.526
(-) Efeitos de conversão do resultado para a moeda de apresentação	(503)
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(3.259)
Resultado após a compensação dos prejuízos acumulados	**20.764**
Reserva legal	(1.038)
Lucro líquido ajustado	**19.726**
Dividendos mínimos obrigatórios	**(197)**

f. Dividendos - O estatuto social da Companhia determina que uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 1% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. O saldo remanescente, se existente, terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas. A distribuição de dividendos baseia-se na apuração do lucro pelo custo histórico, sem os efeitos da conversão para moeda de apresentação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 197. Em 2022 a Companhia não distribuiu dividendos, pois não obteve lucro.

16. Receita operacional líquida
A Companhia atua no cultivo e comercialização de produtos agrícolas, principalmente soja, cujos produtos são vendidos para partes relacionadas do grupo Amaggi, através de contratos, configurando-se como uma única obrigação de desempenho. **a. Conciliação da receita bruta com a receita líquida**

	2023	2022 Não auditado
Vendas a partes relacionadas - mercado interno (nota 14)	26.367	-
(=) Receita Bruta	**26.367**	-
(-) Devolução sobre vendas	(8)	-
(=) Receita líquida	**26.359**	-

b. Receitas por produto

	2023	2022 Não auditado
Soja	26.359	-
	26.359	-

17. Despesas administrativas

	2023	2022 Não auditado
Impostos e taxas	(1.383)	-
Depreciação e amortização	(337)	(59)
Despesas corporativas – partes relacionadas (nota 14)	(121)	-
Serviços de assessoria, consultoria e honorários	(61)	-
Outras despesas administrativas	(18)	(11)
	(1.920)	**(70)**

18. Outras despesas operacionais

	2023	2022 Não auditado
Doação de bens do ativo imobilizado	-	(2.677)
Perda na baixa de ativos	-	(439)
Outras despesas	(1)	-
	(1)	**(3.116)**

19. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2023	2022 Não auditado
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	709	-
	709	-
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(2)	-
	(2)	-
Variação cambial líquida		
Variação cambial líquida	708	(1)
	708	**(1)**
Líquido	**1.415**	**(1)**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Tropical Farms S.A.**
Corumbiara - RO
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Tropical Farms S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropical Farms S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes**

das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Cuiabá, 29 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7
Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

DIRETORIA
RODRIGO MAIA JACINTO
Diretor Geral

PEDRO SERGIO ALMEIDA PRADO DE CASTRO VALENTE
Diretor

DANTE POZZI
Diretor

SYRLEI QUEIROZ DE OLIVEIRA
Contadora - CRC-MT-011545/O-0
CPF nº. 904.391.711-72